

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

(Do Sr. SANTINI)

Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, para dispor sobre a regulação do capital estrangeiro no País e sobre a limitação a no máximo 49% (quarenta e nove por cento) da participação de capitais estrangeiros no controle efetivo de empresas brasileiras em atividades estratégicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, para dispor sobre a regulação do capital estrangeiro no País e sobre a limitação a, no máximo, 49% (quarenta e nove por cento) da participação de capitais estrangeiros no controle efetivo de empresas brasileiras em atividades estratégicas, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento brasileiro, as reduções das desigualdades, a ordem pública e a segurança.

Art. 2º A Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, passa a vigorar com as alterações nos arts. 1º e 2º e com a inclusão do art. 2º-A conforme seguem:

*“Art. 1º Consideram-se capitais estrangeiros os bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários, introduzidos no País, para aplicação em atividades econômicas desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior. (NR)”*

*“Art. 2º Ao capital estrangeiro que se investir no País será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, ressalvadas as exceções desta Lei e de legislações específicas. (NR)”*

*“Art. 2º-A O ingresso de capital estrangeiro no País será regulado para satisfazer os objetivos de desenvolvimento nacional e de redução das desigualdades regionais e sociais,*

*respeitados os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.*

*§ 1º Ato do Poder Executivo federal determinará as atividades estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento, à ordem pública e à segurança nas quais a participação de capitais estrangeiros será limitada a, no máximo, 49% (quarenta e nove por cento) do controle efetivo de empresas brasileiras.*

*§ 2º Para os fins deste artigo, entende-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O momento de crise pelo qual passamos, decorrente da pandemia de Covid-19, evidencia a necessidade de regular os capitais estrangeiros em nosso País. Devemos lembrar que blocos como a União Europeia e países como EUA, Alemanha, França e Austrália têm avançado discussões e leis para reforçar normas que limitam a participação de investimentos estrangeiros em suas economias.

Considerando a experiência internacional e o objetivo de apoiar o desenvolvimento brasileiro, as reduções das desigualdades, a ordem pública e a segurança, propomos a alteração da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, por meio da modificação dos arts. 1º e 2º e da inclusão do art. 2º-A.

Nos arts. 1º e 2º, cabe firmar que a definição de capitais estrangeiros deve ser válida para toda a legislação brasileira, não apenas para esta Lei, ao mesmo tempo em que a garantia de tratamento jurídico idêntico entre capital estrangeiro e nacional deve ser ressaltada de acordo com as exceções desta Lei e de legislações específicas.

No art. 2º-A, estabelecemos que o ingresso de capital estrangeiro no País será regulado para satisfazer os objetivos de desenvolvimento nacional e de redução das desigualdades regionais e sociais.

Salientamos que devem ser respeitados os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Nesse contexto, julgamos imprescindível que Ato do Poder Executivo federal determine as atividades estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento, à ordem pública e à segurança nas quais a participação de capitais estrangeiros será limitada a, no máximo, 49% (quarenta e nove por cento) do controle efetivo de empresas brasileiras.

Para não haver dúvida sobre o conteúdo dessa limitação, definimos, para os fins deste art. 2º-A, que se entende por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares e de toda a sociedade para aprovarmos esse Projeto de Lei para regular o capital estrangeiro no País e limitar a participação de capitais estrangeiros no controle efetivo de empresas brasileiras em atividades estratégicas.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado SANTINI

2020-3892

